26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

PRODUÇÃO SOCIAL DA IGNORÂNCIA, EPISTEMICÍDIO E INJUSTIÇA INFORMACIONAL: UMA LEITURA AGNOTOLÓGICA DA DESINFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA

SOCIAL PRODUCTION OF IGNORANCE, EPISTEMICIDE, AND INFORMATIONAL INJUSTICE: AN AGNOTOLOGICAL APPROACH TO DISINFORMATION IN THE AMAZON

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As disputas informacionais sobre mudanças climáticas, questões ambientais e conflitos territoriais têm ampliado o interesse por abordagens que tratam a desinformação para além da circulação de conteúdos falsos. Neste contexto, a agnotologia, estudo da produção social da ignorância, contribui para analisar os mecanismos que condicionam a visibilidade e a legitimidade dos conhecimentos. O objetivo deste trabalho é discutir as contribuições da agnotologia para a compreensão da desinformação, em diálogo com as noções de epistemicídio e injustiça informacional, com foco na Amazônia. Trata-se de uma pesquisa teórica e exploratória, baseada em revisão bibliográfica. Os resultados indicam que a produção da ignorância envolve a criação de incertezas, a circulação de informações enganosas e a deslegitimação de sujeitos e saberes. Na Amazônia, esses processos aparecem em disputas sobre a legitimidade dos conhecimentos produzidos por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. Conclui-se que a agnotologia oferece um referencial relevante para a compreensão da desinformação e de seus impactos sobre a justiça informacional.
Palavras-chave: agnotologia; epistemicídio; injustiça informacional; produção social da ignorância; Amazônia.

Abstract: Information disputes surrounding climate change, environmental issues, and territorial conflicts have increased scholarly interest in approaches that address disinformation beyond the circulation of false content. In this context, agnotology, the study of the social production of ignorance, provides a framework for examining the mechanisms that shape the visibility and legitimacy of knowledge. This paper discusses the contributions of agnotology to understanding disinformation in dialogue with the concepts of epistemicide and informational injustice, focusing on the Amazon. The study adopts an exploratory

theoretical approach based on a literature review. The findings indicate that the production of ignorance involves the creation of uncertainty, the circulation of misleading information, and the delegitimization of subjects and forms of knowledge. In the Amazon, these processes emerge in disputes over the legitimacy of knowledge produced by Indigenous peoples, quilombola communities, riverine populations, and other traditional groups. The paper concludes that agnotology offers a valuable framework for understanding disinformation and its implications for informational justice.
Keywords: agnotology; epistemicide; informational Injustice; social production of ignorance; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A desinformação ambiental envolve disputas sobre quais conhecimentos são reconhecidos como válidos e quais sujeitos são considerados fontes legítimas de informação. Ao examinar o negacionismo climático brasileiro, Dias e Issberner (2024) identificam estratégias de fabricação de dúvidas articuladas a interesses políticos e econômicos. A compreensão dessas disputas pode ser aprofundada pela análise das relações de poder que condicionam a produção, a circulação e a validação da informação (González de Gómez, 2012). Nesse enquadramento, interessa discutir como a disseminação de conteúdos enganosos se relaciona com processos de deslegitimação de saberes e de seus produtores em conflitos ambientais e territoriais.

Nesse cenário, a agnotologia, estudo da produção social da ignorância, contribui para compreender como formas de desconhecimento são produzidas, distribuídas e mantidas socialmente. Ao deslocar a análise da ausência de conhecimento para os mecanismos que tornam certos saberes invisíveis ou deslegitimados, a abordagem agnotológica mostra-se pertinente para aproximar os debates sobre desinformação, epistemicídio, injustiça informacional e autoridade epistêmica. Essa aproximação é relevante em contextos marcados por assimetrias sociais, políticas e informacionais, como a Amazônia.

A região amazônica é um espaço privilegiado para observar essas dinâmicas. Fulcral nos debates sobre mudanças climáticas e conservação ambiental, a Amazônia reúne conhecimentos produzidos por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. Esses saberes, porém, enfrentam marginalização, invisibilização e contestação de legitimidade, com efeitos sobre o reconhecimento dos sujeitos que produzem conhecimento sobre o território. Compreender essas dinâmicas é relevante para a Ciência da Informação, especialmente por seu interesse na produção, organização, circulação e legitimação dos conhecimentos socialmente reconhecidos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da agnotologia para compreender a desinformação como produção social da ignorância, articulando esse debate às noções de epistemicídio e injustiça informacional. Especificamente, busca-se: a) discutir os fundamentos da agnotologia e suas aproximações com a desinformação; b) examinar as relações entre produção da ignorância, epistemicídio e injustiça informacional; e c) discutir a pertinência dessa articulação teórica para a compreensão de disputas informacionais relacionadas à Amazônia.

A pesquisa caracteriza-se como estudo teórico, de caráter exploratório, desenvolvido por revisão narrativa da literatura. A orientação exploratória está voltada ao esclarecimento das possibilidades de articulação entre agnotologia, epistemicídio e injustiça informacional, em consonância com a finalidade de desenvolvimento conceitual das pesquisas exploratórias (Gil, 2008). A revisão narrativa sustenta a discussão dessas contribuições sob uma perspectiva teórica e contextual (Rother, 2007).

O levantamento da literatura foi realizado principalmente na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na BENANCIB, com termos relacionados a agnotologia, produção da ignorância, epistemicídio, injustiça informacional, desinformação ambiental e Amazônia. O *corpus* reúne contribuições desses campos e textos de referência sobre epistemologia da ignorância, teoria dos documentos e regimes de informação. O ChatGPT (*OpenAI*) foi utilizado como apoio à revisão linguística, ao aprimoramento da argumentação e à síntese textual, sob supervisão crítica dos autores, responsáveis pelas decisões teóricas, analíticas e bibliográficas do estudo.

Além desta introdução, o artigo divide-se em três seções: a primeira discute os fundamentos da agnotologia e da produção social da ignorância; a segunda analisa suas aproximações com epistemicídio e injustiça informacional, incorporando a teoria dos documentos e os regimes de informação; a terceira examina disputas informacionais na Amazônia e seus desdobramentos para a compreensão da desinformação ambiental. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 AGNOTOLOGIA E PRODUÇÃO SOCIAL DA IGNORÂNCIA

A agnotologia estuda a ignorância e os mecanismos de sua produção, disseminação e manutenção (Proctor, 2008). Nessa abordagem, investiga-se por que certos conhecimentos permanecem desconhecidos, são ocultados ou deixam de ser produzidos e reconhecidos

socialmente. Seu interesse abrange os conhecimentos reconhecidos e os processos que produzem e distribuem o não saber.

Proctor (2008) questiona a redução da ignorância à ausência de conhecimento e examina sua produção e manutenção em contextos atravessados por interesses políticos e econômicos. Essa perspectiva pode ser colocada em diálogo com a arqueologia do saber de Foucault (2008), que analisa as condições históricas de formação e transformação dos discursos. Neste trabalho, essa aproximação permite relacionar as condições de constituição dos saberes aos mecanismos que restringem sua produção, circulação e reconhecimento social.

Para compreender essas dinâmicas, Proctor (2008) distingue diferentes formas de ignorância. Algumas decorrem dos limites inerentes ao conhecimento humano ou das escolhas que orientam a produção científica. Outras resultam de estratégias deliberadas de ocultação de informações, fabricação de dúvidas ou enfraquecimento de consensos científicos. Nessa última modalidade, a ignorância torna-se um recurso mobilizado para preservar interesses econômicos, políticos ou ideológicos.

A produção da ignorância ocorre em um contexto paradoxal de abundância informacional. Moretzsohn e Schneider (2022) observam que a ignorância pode emergir da circulação massiva de conteúdos descontextualizados ou enganosos. Para os autores, em contextos de hiperinformação, a adesão a certas narrativas depende do acesso à informação, mas também de afetos, identidades coletivas e formas de pertencimento que condicionam sua credibilidade.

Burke (2023) argumenta que a ignorância nem sempre resulta da ocultação ou distorção de conhecimentos previamente existentes. Em certas situações, decorre da criação de obstáculos ao conhecimento ou da manutenção de condições que dificultam seu reconhecimento e uso. O autor destaca a heterogeneidade do fenômeno ao distinguir formas passivas de ignorância, associadas à ausência de conhecimento, e formas ativas, ligadas à resistência diante de novas informações e evidências.

Apesar dessas distinções, Proctor (2008) e Burke (2023) convergem ao demonstrar que a ignorância não é neutra nem homogênea. Sua produção e manutenção associam-se a interesses, disputas e relações de poder que influenciam o que pode ser conhecido, por quem

e em quais condições. A ignorância deixa de ser concebida como *déficit* cognitivo para ser compreendida como fenômeno socialmente construído e distribuído de forma desigual.

Ao analisar o negacionismo climático no Brasil, Dias e Issberner (2024) observam que a produção de dúvidas e controvérsias sobre as mudanças climáticas não decorre de iniciativas isoladas, mas de um conjunto articulado de atores, discursos e estratégias voltados à contestação de consensos científicos e ao retardamento de respostas políticas. A análise das autoras evidencia a ignorância como resultado de práticas deliberadas de produção e circulação de incertezas. Além disso, a ignorância socialmente produzida gera efeitos materiais sobre os ecossistemas ao influenciar decisões políticas, enfraquecer mecanismos de regulação e comprometer a legitimidade do conhecimento científico. Nesse sentido, a produção social da ignorância é um dos vetores de intensificação de processos associados ao Antropoceno (Pinheiro, 2022).

A produção da ignorância não se limita a contextos tradicionalmente investigados pela agnotologia, como o negacionismo científico e as controvérsias ambientais. Amaral e Oliveira (2022) observam que formas de opressão podem ser sustentadas por estratégias de desinformação e pela naturalização de certas interpretações da realidade. Os autores argumentam que a ignorância é um problema informacional que mantém estruturas de poder e reproduz formas socialmente legitimadas de exclusão e violência.

A epistemologia da ignorância amplia a discussão agnotológica. Para Alcoff (2007), retomada por Moura (2021), a ignorância não corresponde à falta de conhecimento, mas a uma prática cognitiva estruturada por relações de poder, privilégios sociais e formas específicas de produção da crença. Determinados sujeitos e experiências são sistematicamente desautorizados como fontes legítimas de conhecimento, enquanto outras posições sociais são naturalizadas como universais. A produção da ignorância, assim, integra mecanismos de manutenção das desigualdades epistêmicas.

A teoria dos documentos também amplia a compreensão da ignorância como fenômeno socialmente produzido. Para Buckland (2018), documentos são suportes de informação e recursos cognitivos e sociais que atuam como evidências, representações e mediadores dos processos de conhecimento. O papel documental de um registro não depende apenas de sua veracidade, mas de sua capacidade de funcionar socialmente como evidência para certas interpretações da realidade. A produção da ignorância pode ser

analisada como resultado de disputas documentais, nas quais registros, narrativas, testemunhos e evidências competem por legitimidade e reconhecimento. Enquanto certos documentos são investidos de autoridade e incorporados aos circuitos institucionais de conhecimento, outros são desacreditados, marginalizados ou excluídos.

As contribuições da agnotologia, da epistemologia da ignorância e da teoria dos documentos têm implicações para a Ciência da Informação, pois a produção da ignorância relaciona-se à seleção, organização, circulação e legitimação dos conhecimentos socialmente reconhecidos. Essa discussão aproxima-se da noção de regime de informação, proposta por González de Gómez (2012), como conjunto de relações, atores, normas, dispositivos e práticas que condicionam a produção, a circulação e o uso social da informação. A ignorância emerge de disputas pelo reconhecimento dos saberes, pela autoridade epistêmica e pela credibilidade dos sujeitos. Determinados conhecimentos tornam-se legitimados, preservados e visíveis, enquanto outros permanecem desacreditados, marginalizados ou ausentes dos espaços institucionais de informação. A questão desloca-se do conteúdo do conhecimento para as relações de poder que condicionam sua existência pública e legitimidade social.

Nesse cenário, a agnotologia oferece referencial para analisar a desinformação, o silenciamento de saberes e as desigualdades na produção e circulação do conhecimento. A produção da ignorância envolve disputas pela legitimidade dos conhecimentos, pela credibilidade dos sujeitos e pelo reconhecimento social dos saberes. Quando afetam a circulação de informações e a legitimidade de sistemas de conhecimento e de seus produtores, essas disputas assumem dimensão epistemológica. Nesses casos, a ignorância deixa de incidir sobre conteúdos informacionais específicos e contribui para a exclusão, deslegitimação e invisibilização de saberes historicamente marginalizados. Nesse ponto, os debates sobre epistemicídio e injustiça informacional tornam-se particularmente relevantes.

3 EPISTEMICÍDIO, INJUSTIÇA INFORMACIONAL E PRODUÇÃO DA IGNORÂNCIA

A compreensão da ignorância como fenômeno socialmente produzido amplia o alcance analítico dos estudos sobre desinformação. A agnotologia indica que a ignorância não decorre apenas da ausência de conhecimento ou da circulação de conteúdos falsos: pode ser produzida por mecanismos que definem quais conhecimentos serão reconhecidos e quais permanecerão invisibilizados ou desacreditados. Essa perspectiva aproxima a discussão dos

debates sobre epistemicídio e injustiça informacional, pois ambos tratam de exclusões que afetam sujeitos, saberes e formas de conhecer historicamente situadas.

O conceito de epistemicídio designa processos de destruição, subordinação ou deslegitimação de conhecimentos produzidos por grupos historicamente marginalizados. Em Santos e Meneses (2009), o epistemicídio é uma dimensão da colonialidade moderna, pois estabelece hierarquias entre conhecimentos considerados legítimos e saberes classificados como inferiores, irracionais ou não científicos. O epistemicídio envolve a negação das condições de reconhecimento dos sujeitos e comunidades que produzem tais conhecimentos. Sem desconsiderar essa contribuição, Almeida e Santos (2023) chamam atenção para a necessidade de ampliar criticamente o debate, reconhecendo que as epistemologias do Sul se constituem a partir de múltiplas tradições intelectuais e políticas produzidas por povos indígenas, populações negras, feminismos, comunidades camponesas, grupos ciganos e outros sujeitos em lutas por reconhecimento e justiça cognitiva.

No contexto latino-americano, Carneiro (2005) aprofunda essa discussão ao demonstrar como o racismo opera como dispositivo de exclusão epistemológica. Para a autora, a subalternização da população negra alcança a produção do conhecimento, restringe o reconhecimento de sujeitos negros como produtores legítimos de saberes e contribui para o apagamento de experiências, memórias e narrativas de grupos racializados.

No campo da agnotologia, o epistemicídio pode ser compreendido como modalidade específica de produção social da ignorância. A invisibilização de determinados saberes não decorre de sua inexistência, mas de mecanismos sociais que limitam circulação, preservação e reconhecimento institucional. A ignorância produzida incide sobre fatos, informações e sobre a legitimidade de sistemas de conhecimento. A produção da ignorância envolve deslegitimação, silenciamento e exclusão de conhecimentos produzidos por grupos historicamente subalternizados. Quando não reconhecidos como legítimos, esses conhecimentos tendem a ser excluídos dos espaços de memória e tomada de decisão, gerando assimetrias nos regimes de produção e circulação da informação.

O epistemicídio frequentemente opera por mecanismos de invisibilização anteriores à contestação explícita dos conhecimentos subalternizados. A noção de “referente ausente”, mobilizada por Amaral e Oliveira (2022), ajuda a compreender como sujeitos, experiências e formas de conhecimento são sistematicamente removidos dos circuitos de representação,

memória e informação. A ignorância produzida não decorre apenas da difusão de informações falsas, mas da exclusão contínua de referências necessárias ao reconhecimento de outros modos de conhecer.

Embora relacionados, epistemicídio e injustiça epistêmica não se confundem. O primeiro refere-se à deslegitimação, subordinação ou eliminação de conhecimentos e sistemas de saber. A segunda diz respeito às assimetrias que afetam sujeitos como produtores, intérpretes e portadores de conhecimento. Enquanto o epistemicídio incide prioritariamente sobre os saberes, a injustiça epistêmica afeta as condições de reconhecimento daqueles que os produzem.

Essa discussão aproxima-se das contribuições de Fricker (2013) sobre injustiça epistêmica. Para a autora, as desigualdades sociais afetam a capacidade dos indivíduos de participar da produção e do compartilhamento do conhecimento. A injustiça testemunhal ocorre quando um sujeito tem sua credibilidade diminuída em razão de preconceitos associados à sua identidade social. Já a injustiça hermenêutica refere-se a situações em que grupos sociais não dispõem dos recursos interpretativos necessários para compreender e comunicar suas experiências. Em ambos os casos, há distribuição desigual da autoridade epistêmica e das condições de reconhecimento do conhecimento. Dessa forma, a exclusão dos saberes e a descredibilização de seus produtores constituem processos complementares de produção da ignorância.

Articulada à epistemologia da ignorância, a agnotologia evidencia que epistemicídio e injustiça epistêmica não se distribuem de forma homogênea na sociedade. Contribuições de Mills (2018), Alcoff (2007) e Moura (2021) evidenciam que certas formas de ignorância preservam hierarquias raciais, coloniais e epistêmicas, influenciando quais saberes serão reconhecidos como legítimos e quais sujeitos serão considerados produtores autorizados de conhecimento. A ignorância deixa de ser compreendida apenas como consequência da ocultação de informações ou da fabricação deliberada de dúvidas e passa a ser analisada como componente de regimes de conhecimento que produzem assimetrias de reconhecimento, autoridade e credibilidade.

A aproximação entre agnotologia, epistemicídio e injustiça informacional evidencia que a ignorância não se distribui aleatoriamente na sociedade. Ela associa-se a relações de poder e infraestruturas sociotécnicas que influenciam quais sujeitos serão reconhecidos como

fontes legítimas de conhecimento, quais experiências serão consideradas relevantes e quais narrativas alcançarão visibilidade pública. Para Dias e Issberner (2024), a manutenção da ignorância depende de redes de atores, instituições e plataformas capazes de conferir legitimidade e alcance a certas interpretações da realidade, com efeitos duradouros sobre os regimes de circulação da informação.

A teoria dos documentos permite compreender que disputas informacionais envolvem também disputas sobre os próprios registros considerados legítimos. Para Buckland (2018), documentos atuam como evidências socialmente mobilizadas na produção do conhecimento, enquanto Frohmann (2006) destaca que sua força documental depende dos arranjos institucionais e das relações de poder que lhes conferem visibilidade, credibilidade e autoridade. A produção da ignorância manifesta-se tanto pela circulação de informações enganosas quanto pela exclusão ou marginalização de documentos e memórias socialmente relevantes, configurando o que Garcês da Silva e Silva (2022), a partir de Kilomba (2020), descrevem como princípio da ausência.

A produção da ignorância não se restringe à informações falsas ou enganosas. Ela também se manifesta em intervenções nos dispositivos de organização, preservação e difusão do conhecimento. Bibliotecas, arquivos, museus, sistemas de classificação, políticas de memória e infraestruturas informacionais participam da definição dos conhecimentos preservados e reconhecidos socialmente. Nesses contextos, a ignorância pode resultar da exclusão de registros, da marginalização de repertórios documentais e da deslegitimação de sujeitos e comunidades como produtores de conhecimento.

O caso analisado por Moura (2021), sobre a tentativa de desfazimento do acervo da Fundação Cultural Palmares, evidencia como disputas políticas e ideológicas incidem sobre a organização e a circulação do conhecimento. A autora demonstra que ambientes dedicados à produção e difusão do conhecimento podem reproduzir assimetrias epistêmicas, validar interpretações parciais da realidade e restringir o reconhecimento da pluralidade de saberes. Assim, a ignorância não se configura apenas como ausência de informação, mas como efeito de práticas institucionais que condicionam a memória social e os regimes de visibilidade do conhecimento.

A produção da ignorância não ocorre de modo isolado ou espontâneo: apoia-se em regimes de informação que condicionam a circulação, a legitimidade e a visibilidade dos

conhecimentos. Conforme argumentam Amaral e Oliveira (2022), estruturas de poder mobilizam recursos informacionais, midiáticos e institucionais para consolidar certas interpretações da realidade e marginalizar outras. A ignorância deixa de ser compreendida como ausência de conhecimento e passa a ser analisada como efeito de configurações sociotécnicas que definem quais saberes serão reconhecidos, preservados e disseminados.

Nessa direção, a desinformação ultrapassa a circulação de conteúdos falsos ou enganosos. Ela integra a produção da ignorância ao afetar a visibilidade dos conhecimentos, a credibilidade dos sujeitos e as condições de participação nos regimes informacionais. Essa perspectiva aproxima os estudos agnotológicos dos debates sobre epistemicídio e injustiça informacional, ao evidenciar que as disputas informacionais envolvem conflitos sobre o reconhecimento dos saberes e a legitimidade de seus produtores. Essas dinâmicas tornam-se visíveis em contextos marcados por assimetrias epistemológicas e informacionais, como a Amazônia contemporânea.

4 AMAZÔNIA, DESINFORMAÇÃO E DISPUTAS INFORMACIONAIS

A Amazônia é um espaço relevante para observar como disputas documentais, produção da ignorância e injustiça informacional se articulam na definição dos conhecimentos considerados legítimos sobre o território. Nesse contexto, os conflitos que atravessam a região não se restringem a dados ambientais ou evidências científicas: envolvem conhecimentos sobre território, biodiversidade, modos de vida e relações entre sociedade e natureza.

Os estudos decoloniais demonstram que os saberes indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outras populações tradicionais frequentemente ocupam posições subalternizadas diante dos sistemas hegemônicos de produção do conhecimento. A colonialidade do saber, conforme discutida por Alves, Andrade e Souza (2021), estabelece hierarquias epistemológicas que atribuem legitimidade desigual aos conhecimentos produzidos por distintos grupos sociais. Com isso, conhecimentos construídos pela experiência histórica desses povos tendem a ser tratados como crenças locais, tradições culturais ou conhecimentos empíricos, enquanto saberes de instituições científicas e agentes estatais recebem maior autoridade epistêmica.

A epistemologia da ignorância ajuda a compreender a persistência dessas hierarquias epistemológicas. No contexto amazônico, essa abordagem evidencia que a invisibilização de

saberes indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais não decorre da ausência de conhecimento sobre o território, mas de estruturas sociais e institucionais que, conforme observa Moura (2021), dificultam o reconhecimento de conhecimentos produzidos por grupos historicamente subalternizados. A subalternização desses saberes manifesta-se pela exclusão dos processos decisórios e pela contestação da autoridade epistêmica daqueles que os produzem. Assim, perspectivas associadas a instituições científicas, agentes estatais ou setores econômicos tendem a receber maior legitimidade pública, influenciando quais interpretações da realidade amazônica são incorporadas às políticas públicas, aos sistemas de informação e aos debates sobre o futuro da Amazônia.

A partir da agnotologia, tais processos podem ser entendidos como mecanismos que ocultam informações e organizam regimes de visibilidade e invisibilidade do conhecimento. A exclusão sistemática de certos conhecimentos das políticas públicas, da pesquisa científica e dos sistemas de informação produz lacunas interpretativas sobre a realidade amazônica. A ignorância produzida não decorre da inexistência de conhecimento, mas da marginalização de saberes capazes de ampliar a compreensão dos fenômenos ambientais, sociais e culturais da região.

Esse cenário torna-se visível nas disputas sobre mudanças climáticas, desmatamento, queimadas e exploração econômica dos recursos naturais. Estudos demonstram que campanhas de desinformação e estratégias de negação científica atuam junto à desqualificação de conhecimentos produzidos por povos indígenas e comunidades tradicionais (Mangas; Costa, 2025; Santi; Araújo, 2022; Silva; Oliveira; Benchimol, 2024). A circulação de informações enganosas sobre questões ambientais frequentemente acompanha a contestação da legitimidade daqueles que vivenciam e interpretam as transformações do território.

A produção da ignorância em questões ambientais tem sido documentada na literatura. Reusing e Wachowicz (2020), ao discutirem os estudos de Naomi Oreskes sobre os chamados “mercadores da dúvida”, destacam como informações controversas e interpretações seletivas de evidências científicas foram mobilizadas para questionar consensos sobre mudanças climáticas. Esse processo revela que a desinformação ambiental opera pela fabricação de incertezas, retarda respostas políticas e amplia disputas sobre a legitimidade do conhecimento científico.

No Brasil, a Amazônia ocupa posição central nas disputas informacionais sobre mudanças climáticas. Dias e Issberner (2024) identificam que narrativas negacionistas mobilizam a floresta como símbolo de soberania nacional ameaçada por interesses externos, associando agendas ambientais a projetos "globalistas" ou contrários ao desenvolvimento econômico. Nessa operação discursiva, a Amazônia deixa de ser apresentada como território de biodiversidade e pluralidade sociocultural e passa a ser vinculada a projetos de exploração econômica e expansão produtiva. A disputa envolve regimes de verdade do próprio significado da Amazônia.

Nessas circunstâncias, a desinformação integra processos mais amplos de produção da ignorância. Seu funcionamento envolve disputas sobre credibilidade, autoridade epistêmica e reconhecimento social. A questão central ultrapassa a veracidade da informação e inclui a definição dos sujeitos autorizados a produzir conhecimento sobre a Amazônia e a participar das decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

Os conflitos informacionais na Amazônia envolvem disputas sobre fatos, evidências, documentos, testemunhos, memórias e conhecimentos reconhecidos como fontes legítimas para interpretar a realidade regional. A produção da ignorância atua sobre conteúdos informacionais e mecanismos de legitimação documental que condicionam a visibilidade dos sujeitos e dos saberes da região. Essas disputas expressam regimes de informação, entendidos como arranjos sociotécnicos e institucionais que condicionam a produção, circulação, validação e uso do conhecimento (González de Gómez, 2012).

Cabe ressaltar, contudo, que a Amazônia não é apenas espaço de produção social da ignorância. Iniciativas como a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), voltada à difusão de pesquisas sobre a Amazônia e seus povos, o Museu Paraense Emílio Goeldi, com acervos e serviços de informação especializados, e os sistemas de bibliotecas e arquivos das universidades amazônicas evidenciam esforços institucionais de resistência epistêmica e fortalecimento da memória regional (Barbalho et al., 2025; Garcês-da-Silva; Molter; Silva; Gomes, 2025; Santos Neto, 2023). Essas experiências mostram que os regimes de informação amazônicos articulam invisibilização e legitimação de saberes historicamente marginalizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as contribuições da agnotologia para compreender a desinformação como produção social da ignorância, articulando esse debate às noções de

epistemicídio e injustiça informacional. Partiu-se do entendimento de que a desinformação não se restringe a conteúdos falsos ou enganosos, pois envolve disputas pela legitimidade dos conhecimentos, pela credibilidade dos sujeitos e pelas condições de reconhecimento social dos saberes.

A análise evidenciou que a agnotologia oferece instrumentos teóricos para compreender a ignorância como fenômeno socialmente produzido e distribuído de forma desigual. Nesse sentido, a produção da ignorância manifesta-se na ocultação de informações, na fabricação de incertezas, na marginalização de documentos e memórias e na deslegitimação de sujeitos e comunidades como produtores de conhecimento. Essa abordagem aproxima os estudos sobre desinformação dos debates sobre epistemicídio, injustiça epistêmica e desigualdades informacionais, ampliando o alcance analítico das investigações sobre circulação e uso da informação.

O diálogo com a teoria dos documentos e com a noção de regimes de informação evidenciou que os conflitos informacionais envolvem disputas sobre evidências, registros, memórias e conhecimentos considerados legítimos. Sob essa ótica, a produção da ignorância atua sobre conteúdos informacionais e mecanismos institucionais e sociotécnicos que condicionam a visibilidade, a preservação e o reconhecimento dos saberes.

A análise da Amazônia mostrou que esses processos assumem contornos próprios em contextos marcados por assimetrias epistemológicas. As disputas sobre mudanças climáticas, desmatamento e exploração dos recursos naturais envolvem controvérsias sobre fatos e evidências, além de conflitos sobre a autoridade epistêmica de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, iniciativas voltadas à preservação, circulação e valorização de conhecimentos amazônicos evidenciam que os regimes de informação da região são atravessados por invisibilização e resistência epistêmica.

Como desdobramento, pesquisas futuras poderão aprofundar a análise empírica de disputas informacionais na Amazônia, considerando documentos, acervos, plataformas, políticas públicas e práticas institucionais que participam da produção ou contestação da ignorância. Também se mostra relevante investigar o papel de bibliotecas, arquivos, museus, universidades e iniciativas comunitárias na preservação de saberes marginalizados e no fortalecimento da justiça informacional e cognitiva.

Conclui-se que a articulação entre agnotologia, epistemicídio e injustiça informacional oferece um referencial promissor para a Ciência da Informação, ao compreender a desinformação como fenômeno que envolve a veracidade das informações e as disputas pela produção, circulação e legitimação do conhecimento. Ao deslocar a atenção para os mecanismos que produzem ausências, invisibilidades e desigualdades de reconhecimento, essa abordagem contribui para analisar os conflitos informacionais contemporâneos e seus impactos sobre a diversidade epistemológica e a justiça cognitiva.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Epistemologies of ignorance: three types. *In*: SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy (ed.). **Race and epistemologies of ignorance**. Albany: State University of New York Press, 2007, p. 39-54.

ALMEIDA, Marco Antônio de; SANTOS, Guilherme Fellipin. Novos desafios epistêmicos e sociais da ciência da informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, e92952, 2023, p.1-22. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eb/a/mSyjVb4fPK8Dr4bPgCN9rHt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 31 out. 2026.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; ANDRADE, Wendia Oliveira de; SOUZA, Edivanio Duarte de. Colonialidade do saber e epistemicídio na Ciência da Informação: descortinando a produção nacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação.** Aracaju: ANCIB, 2023, p. 1-15. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/article/view/767. Acesso em: 31 out. 2026.

AMARAL, Érica Quadros do; OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes. La ideología especista: la desinformación como componente del sistema de opresión. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5939, maio 2022. Disponível em: https://revistaleca.org/index.php/leca/article/view/565. Acesso em: 05 nov. 2026.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti, *et al*. As ações afirmativas e a produção intelectual dos acadêmicos indígenas na Amazônia: trajetória arqueológica do saber produzido. **Biblios**, *[s. l.]*, v. 25, n. esp., e024, 2025. Disponível em: https://biblios.ufes.br/biblios/article/download/1262/551/10180. Acesso em: 31 out. 2026.

BUCKLAND, Michael K. Document theory. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 45, n. 5, p. 425-436, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328546284_Document_Theory . Acesso em: 31 out. 2026.

BURKE, Peter. **Ignorância**: uma história global. Tradução de Rodrigo Seabra. São Paulo: Vestígio, 2023.

DIAS, Julia Santos Rodrigues; ISSBERNER, Liz-Rejane. Desinformação climática no Brasil: principais atores e táticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação** Vitória: ANCIB, 2024. 16 p. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/987. Acesso em: 31 out. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Lígia Vassalo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRICKER, Miranda. Epistemic justice as a condition of political freedom? **Synthese**, Dordrecht, v. 190, n. 7, p. 1317-1332, May 2013. Disponível em: https://www.mirandafricker.com/uploads/1/3/6/2/136236203/epistemic_justice_as_a_condition_of_poli.pdf. Acesso em: 05 nov. 2026.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2006. p. 19-34.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves. Da ausência à evidência: notas teórico-críticas sobre o princípio da ausência, epistemicídio e reparação epistêmica em bibliotecas e biblioteconomia. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 47-72, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/194447. Acesso em: 05 nov. 2026

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; Molter Adrieli; Silva Jordan Palmeiro da; Gomes Veronica Santiago. O conhecimento amazônico e a informação étnico-racial nas produções da editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, 2025. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2129. Acesso em: 05 nov. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 05 nov. 2026.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência: prefácio. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

MANGAS, Laiza M. Oliveira.; COSTA, Luciana Miranda. Jornalismo insustentável: a Amazônia vítima da desinformação e da política ambiental da boiada passando. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 28, p. 141-159, 2025. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/83970. Acesso em: 05 nov. 2026.

MILLS, Charles W. Ignorância branca. **Griot**, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 413-438, jun. 2018. Disponível em: https://philarchive.org/archive/SANIB. Acesso em: 05 nov. 2026.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan; SCHNEIDER, Marco. Sobre flores, grilhões, consciência e afetos: a disputa pela captura do gosto para desmontar as engrenagens de produção social da ignorância. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, [*s. l.*], v. 24, n. 1, p. 107-125, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/17285. Acesso em: 05 nov. 2026.

MOURA, Maria Aparecida. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5789, 2021. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5789. Acesso em: 05 nov. 2026.

PINHEIRO, D. C. Quando a fake news acelera o antropoceno: o caso da Floresta Amazônica (2018-2021). **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5927, maio 2022. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/9b17/fa2c811f9387c996cb9ca054a0cc4bae970b.pdf. Acesso em: 05 nov. 2026.

PROCTOR, Robert N. Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). *In*: PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa (ed.). **Agnotology**: the making and unmaking of ignorance. Stanford: Stanford University Press, 2008. p. 1-33.

REUSING, L.; WACHOWICZ, Marcos. A agnotologia no processo de conhecimento na biotecnologia. **Revista P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-48, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/p2p/article/download/71500/45554?inline=1. Acesso em: 05 nov. 2026.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt. Acesso em: 05 nov. 2026.

SANTI, Vilso Junior Chierentin; ARAÚJO, Bryan Chrystian. Comunicação e saúde: a experiência do Amazoom nas ações de combate à desinformação sobre arborviroses em Roraima. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2022. Disponível em: https://busqueda.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1378362. Acesso em: 05 nov. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação científica e dos saberes: em foco as mediações, mediadores e mediandos na Amazônia brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação** Aracaju: ANCIB, 2023.

SILVA, Josanne Jean de Assiz da; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de; BENCHIMOL, A. A potencialidade da divulgação científica no enfrentamento à desinformação ambiental: o caso do Jornal Beira do Rio. **Biblionline**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 15-16, 2024. Disponível

em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/69838. Acesso em: 05 nov. 2026.